

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.912, DE 2003

Determina que as Assembléias Legislativas dos Estados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para as respectivas unidades da Federação e dá outras providências.

Autor: Senado Federal

Relatora: Deputada Lúcia Braga

I - RELATÓRIO

A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas quando da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios. A proposição ora acolhida pelo Senado Federal e encaminhada à Câmara dos Deputados para revisão estende essa exigência aos recursos federais repassados aos Estados e ao Distrito Federal, que também passariam a estar sujeitos à obrigatoriedade de comunicação aos legislativos daqueles entes federados.

A Lei nº 9.452, de 1997, determina ainda que a Prefeitura do Município beneficiado com a transferência de recursos federais notifique partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais nele sediados. O projeto de lei sob exame, ao estender tal imposição aos governos dos Estados e do Distrito Federal, permite também que a divulgação se faça alternativamente mediante publicação em jornal de grande circulação, no caso de entes com mais de cinquenta mil habitantes.

Distribuída a proposição a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para manifestação de mérito, foi aberto o prazo regimental para oferecimento de emendas, ora já esgotado sem que qualquer uma fosse apresentada.

II - VOTO DA RELATORA

A submissão ao princípio da publicidade, determinada pela Constituição, justifica que se exija da administração pública ações voltadas à divulgação de atos que sejam de interesse público. A liberação de verbas federais em benefício de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios enquadra-se inquestionavelmente nessa situação. Além dos repasses determinados pela Carta, referentes ao Fundo de Participação dos Estados e ao Fundo de Participação dos Municípios, a realidade orçamentária da maior parte desses entes torna-os profundamente dependentes de transferências voluntárias por parte da União.

Nessas circunstâncias, a liberação de recursos dessa espécie é a ocasião em que prioridades da população local passam a ter maior possibilidade de serem atendidas. Para tanto, é imprescindível que os cidadãos tenham conhecimento das liberações a tempo de atuarem politicamente no sentido de assegurar o bom emprego dessas verbas.

Esse é o sentido da Lei nº 9.452, de 1997, que já estabelece a obrigatoriedade de notificação de recursos federais liberados para os Municípios. O que se pretende agora, nos termos da proposição originária do Senado, é ampliar tal exigência, para que a comunicação se faça também quando os Estados ou o Distrito Federal forem os beneficiários de transferências de recursos provenientes da União.

As razões que fundamentaram a edição da lei vigente, determinando a notificação às Câmaras Municipais, permanecem válidas e aplicam-se também aos Estados e ao Distrito Federal. Não se pode negar que, especialmente para os Estados economicamente menos desenvolvidos, os recursos federais a eles transferidos são fundamentais para a viabilidade de políticas públicas básicas de atendimento à população. Justifica-se, portanto, a

extensão da obrigatoriedade de notificação, nos termos definidos pelo Projeto de Lei nº 1.912, de 2003.

A alternativa de se substituir a comunicação direta aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais por publicação em jornal de grande circulação, no caso de recursos transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e a Municípios com mais de cinquenta mil habitantes, é também plenamente defensável.

Cabe assinalar ainda que a revogação da Lei nº 9.452, de 1997, determinada pelo art. 5º da proposição sob exame, deve-se exclusivamente ao fato de seu conteúdo estar integralmente contemplado pela futura lei.

Ante o exposto, submeto a esta Comissão meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.912, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputada Lúcia Braga
Relatora